

Isabel Carvalho Guerra (2000), *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção – O planeamento em ciências sociais*, Cascais, Edições Principia.

Isabel Duarte

O não dito pelo dito.

Parece cada vez mais difícil aderir a leituras optimistas sobre o sentido da mudança social à escala local, nacional ou planetária. No entanto, coesão e equidade social, cidadania ou sustentabilidade, conceitos cheios de significados mas tão gastos pelo vazio das práticas, resistem teimosamente.

A crise estrutural do modelo de sociedade que construímos poderá, paradoxalmente, hoje como ontem, criar a oportunidade de reconstruirmos as modalidades de gestão do social. Mas hoje, pela partilha do poder, pela partilha do saber, pela partilha do fazer. Pela partilha, afinal, do conhecimento.

Conceito mobilizador este, o de sociedade do conhecimento, qual emancipação dos indivíduos e dos territórios, se alicerçado na acção social.

Num momento em que as utopias mobilizam de novo a reflexão e a acção de movimentos e organizações para a desconstrução dos caminhos neoliberais, acontece a edição desta obra, um desafio aos lugares e aos tempos da sociologia.

Fundamentos e processos de uma sociologia da acção faz-nos uma visita guiada pelos caminhos da teoria e da empiria, pelos interfaces metodológicos entre o conhecimento e a acção e, afinal, pelo lugar da investigação-acção na mudança social.

Entre a investigação e a intervenção se polarizaram escolas, níveis académicos, áreas de formação, teóricos e técnicos, num espartilho de décadas entre o saber e o fazer, entre o discurso e a prática. Disso nos dá conta Isabel Guerra.

Sociologia académica versus sociologia da intervenção, Leplay versus Durkheim, caminhos paralelos durante décadas. A pesquisa-acção de Kurt Lewin e a passagem da intervenção psicossociológica à socioanálise pela mão da articulação teórico-metodológica entre Marx e Freud. O desenvolvimento da "intervenção sociológica" nos anos 70, exemplar em Alain Touraine e em Michel Crozier. A oposição indivíduo-sociedade, uma das bases dicotómicas entre as teorias mais interaccionistas e mais sistémicas, oposição tradicional entre uma "sociologia do poder" e uma "sociologia do quotidiano".

Paulo Freire, Raymond Boudon, Michel Crozier, Erhard Friedberg e Alain Touraine, alguns dos autores mais significativos que situaram uma parte substantiva da sua obra na discussão da relação indivíduo/sociedade, teoria/prática, são revisitados pela autora.

Centrados no conhecimento para e na acção, somos conduzidos num debate sobre a sua ética, um debate clássico mas nem por isso menos necessário e apaixonante. Como refere Atlan, citado por Isabel Guerra "*Não é a partir da ciência que se pode reformar uma ideia de homem e de sociedade, mas será sem dúvida a partir de uma ideia de homem e de sociedade que se pode utilizar a ciência ao seu serviço*".

Falar, hoje, realça Isabel Guerra, "da análise dos fundamentos de uma 'teoria da acção' implica um profundo questionamento da prática científica nas suas diferentes dimensões epistemológica, teórica e metodológica. Está em causa uma certa concepção do mundo social e da ciência, mas também uma determinada concepção do sujeito e do papel do cientista na mudança social".

Neste sentido, exploram-se os limites e as potencialidades da investigação-acção, suas origens e percursos, campos de aplicação, objectivos, métodos e técnicas. Não sem que se evidencie simultaneamente a complexidade do papel do investigador em investigação-acção, num processo permanente de interrogação entre afastar-se ou mergulhar no mundo que quer conhecer e analisar.

Por outro lado, evidencia-se, não apenas a possibilidade, mas a inevitabilidade, da construção do conhecimento com os sujeitos portadores da mudança social e, portanto, de investigação com a participação dos interessados. São os actores entendidos, não como objectos passíveis de investigação, mas como sujeitos participantes.

Questão chave neste processo, a ampliação radical do campo do político, redefinido pela abordagem do *empowerment*. Face a uma prática política sectorizada e tradicionalmente confinada aos políticos, recoloca-se a ênfase na autonomia e na tomada de decisão de comunidades organizadas. É o *empowerment* político a exigir o em-

powerment social, apelando, do ponto de vista da intervenção social, a uma íntima articulação com a estratégia de actores (espaços sociais não homogéneos e resultantes de dinamismos específicos).

O desenvolvimento vindo "de baixo para cima" e o alargamento das bases da democracia são, afinal, os principais pilares da defesa de uma "metodologia participativa de projecto". Neste domínio "Fundamentos e processos de uma sociologia da acção" permite-nos um olhar claro e detalhado sobre o potencial metodológico de três eixos fundamentais (incluindo, mesmo, fichas resumo e exercícios práticos de apoio): as metodologias de pesquisa acção, as metodologias que apelam à participação e as metodologias de planeamento.

Refira-se por último que, para além dos contributos ao nível do debate teórico, da

clarificação de conceitos e da apresentação didáctica de metodologias e técnicas de metodologia de projecto, o livro apresenta ainda uma recolha bibliográfica especializada e actualizada, organizada por temáticas, sendo, por si só, um excelente instrumento de consulta no domínio da sociologia da acção e do planeamento em ciências sociais.

Fundamentos e processos de uma sociologia da acção é, simultaneamente, um manual de consulta para os que lidam quotidianamente com o planeamento e intervenção social, um guia didáctico para os aprendizes do *métier* de sociólogo e um referencial teórico para o debate académico. Mas ele é, também, um contributo oportuno e descomplexado sobre os desafios que hoje se colocam às ciências sociais em geral e à sociologia em particular.

Isabel Guerra (coordenadora), José Maria Castro Caldas, Fernando Caria, Dulce Moura, Margarida Perestrelo e Teresa Costa Pinto, (1999), *A Baixa Pombalina: Diagnóstico, Prospectiva e Estratégia de Actores*, Lisboa, Celta Editora.

Dulce Moura

A obra aqui objecto de recensão resulta de um estudo realizado pelo Centro de Estudos Territoriais, coordenado por Isabel Guerra. O argumento central da obra assenta na defesa da ideia que a definição de táticas de reabilitação/revitalização da Baixa Pombalina passa por um conhecimento rigoroso da posição estratégica dos actores, dos seus objectivos, recursos, das alianças que estabelecem entre si. Ou seja, que a definição do presente e do futuro (tendências prováveis de evolução) de um território como a Baixa tem de ter em conta a sua envolvente estratégica e competitiva.

Partindo deste pressuposto, foi aplicada a proposta de Godet de *Método dos Cenários*¹, e ao longo do livro, sucederam-se as três principais etapas desse método, aplicadas ao caso concreto da Baixa: análise estrutural do sistema (método MICMAC – Matriz de Impactos Cruzados de Multiplicação Aplicada a uma Classificação), estudo das estratégias dos actores (Método MACTOR – Método ACTores, Objectivos, Relações de forças) e construção de cenários, analisando a sua

probabilidade de concretização (método SMIC – Sistema de Matrizes de Impactos Cruzados).

Um diagnóstico orientado adianta, logo no início do livro, os elementos que enformam o sistema em análise: desafectação progressiva da função de habitação, com uma fraca reorganização da estrutura sociodemográfica, diversificação e especialização do comércio e serviços embora ainda predomine o comércio tradicional, pouco revitalizado, sistema imobiliário estagnado, dominando a propriedade vertical e proprietários pouco envolvidos na recuperação do seu património, dinâmica arquitectónica e urbanística casuística, com a quase ausência de regras por parte do poder público, centrando-se nas questões da circulação e estacionamento. Este diagnóstico serve de base para a constatação metodológica das variáveis que influenciam a dinâmica do sistema.

Esta primeira fase, de diagnóstico e análise estrutural, conclui já acerca do jogo de forças que se encontra presente na Baixa, assim como da dinâmica do sistema predominantemente contra-

¹ Michel Godet (1993a): *Manual de prospectiva estratégica: da antecipação à acção*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

ditória : por um lado, a defesa da preservação do património urbanístico e arquitectónico (estrutura de gaiola, cêrceas, elementos arqueológicos), e por outro, as tendências de revitalização da Baixa, implicando perturbação do património urbanístico e arquitectónico (expansão do sector financeiro, alteração do comércio, investimento imobiliário). Este jogo de forças antecipa a presença dos actores que protagonizam as duas posições, a pressão, sobretudo financeira, exercida por agentes imobiliários por uma alteração funcional e arquitectónica da Baixa, e a pressão para a preservação do património que faz sobressair o papel da opinião pública, alguns segmentos do poder público e alguns actores internos ao sistema. Neste jogo de forças contraditório e indeterminado que assume ainda um papel fundamental a análise do sistema potencial (instalação de equipamentos culturais, de lazer e turismo, *gentrification*, regulamento ou classificação da Baixa como Património Mundial).

Esta é a primeira fase metodológica da obra, e antecipa a estratégia de actores, onde se identificam os actores-chave em presença, os seus objectivos, estratégias, os seus conflitos e alianças. Numa primeira identificação das principais alianças, esta segunda parte da aplicação do Método retoma as duas tendências diagnosticadas, onde reside o principal conflito no território em causa: preservação do património e promoção da função habitacional (alguns Departamentos da CML, alguns partidos, e um organismo público) e valorização económica do imobiliário, mesmo que isso empenhe princípios de preservação do património (alguns Departamentos da CML, imobiliárias, proprietários, alguns partidos, comerciantes).

Além desta identificação dos actores, das alianças que estabelecem (grupos de actores) e dos principais conflitos que estão em presença, o trabalho realizado incide na construção de um quadro de estratégia dos actores, com a consequente definição dos desafios estratégicos (preservação/alteração do património, valorização económica do imobiliário, estrutura de ocupação funcional, políticas de reabilitação) e objectivos associados a cada desafio (mobilização e conflitualidade em torno dos quais se definem alianças ou travam os conflitos).

A terceira parte desta obra, ou o terceiro momento de aplicação da metodologia, correspon-

de à construção dos cenários através do apoio do método SMIC, tendo-se definido seis hipóteses que configuram os cenários e as imagens possíveis da Baixa, analisados segundo a sua probabilidade de realização. No momento seguinte peritos foram confrontados com as hipóteses já definidas, atribuindo-lhes probabilidades simples e condicionadas. Os resultados sugerem a defesa de uma determinada ocupação funcional da Baixa que desvalorize a implantação da banca e seguradoras, promovendo a função comercial desse espaço e uma reabilitação conduzida pela Administração Local e Central. Mas uma conclusão essencial incide sobre a forma de reabilitar a Baixa, pressupondo esta leitura dos peritos, que ela necessita de uma definição clara dos objectivos pretendidos, da mobilização dos actores e dos recursos disponíveis, devendo por isso estar condicionada e ser variável a esses factores no seu conjunto.

A quarta parte do livro vem colocar as questões fundamentais para uma gestão estratégica da Baixa, retomando a informação que já obteve nas fases de trabalho anteriores: "necessidade de clarificação das opções quanto à utilização funcional", "discussão da lógica residencial na Baixa", "tendências de preservação do património arquitectónico", "investigação das sinergias possíveis e desejáveis".

Como conclusão, e em termos muito gerais, podemos dizer que uma das principais características deste trabalho reside na conjugação de uma perspectiva da sociologia urbana "tradicional" (diagnóstico de um determinado território urbano, o presente e as tendências de mudança), com a perspectiva de uma metodologia específica (o Método dos Cenários). Na verdade, a natureza e o alcance desta conjugação configura a especificidade dos resultados e sobretudo, abre caminho para a discussão e a reflexão em torno da Baixa Pombalina, assim como apoia e eventualmente estimula a definição de linhas de acção, de programas de intervenção específicos. Este é o objectivo central da investigação e a principal contribuição desta obra, mas levanta, ao mesmo tempo, a principal crítica que lhe pode ser imputada, pois a dúvida reside em saber se esta metodologia consegue passar de um momento "descritivo", mesmo que dinâmico e processual, para um estímulo ao planeamento participado, à efectiva discussão interna e externa ao sistema.

Vítor Matias Ferreira e Francisco Indovina (org.) (1999), *A cidade da Expo'98. Uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?* – Lisboa, Editorial Bizâncio.

Teresa Amor

O ordenamento das frentes de água urbanas tem vindo a assumir-se ao longo das últimas décadas como um domínio prioritário de intervenção urbana e como um elemento central nas políticas urbanísticas de várias cidades¹.

A cidade da Expo'98, obra coordenada por Vítor Matias Ferreira e por Francesco Indovina, propõe, justamente, uma reflexão crítica e fundamentada sobre o projecto urbano associado à realização da Exposição Mundial de Lisboa em 1998, realçando, desde logo, que "as reflexões sobre a valorização das frentes de água urbanas constituem uma premissa fundamental para reflectir sobre o caso de Lisboa e sobre a Expo'98."²

A obra reúne um conjunto de dezasseis textos que se evidenciam, desde logo, pela pluridisciplinaridade, pela diversidade e abrangência dos casos apresentados, e, sobretudo, pela capacidade de problematização e de reflexão crítica que evidenciam.

Genericamente, esta publicação organiza e sistematiza dois conjuntos de materiais que, embora distintos, se interligam entre si: na primeira e segunda partes estão reunidas as comunicações apresentadas no Seminário "A Expo'98, as Frentes de Água e o Projecto Urbano de Lisboa"³; na terceira parte são apresentados os resultados do Observatório "Expo'98 em Lisboa: observar enquanto se realiza"⁴, investigação que durante cerca de cinco anos acompanhou o processo de realização da Expo'98, assumindo como objecto de análise o projecto urbano que lhe está associado.

Num contexto histórico, social, económico, mas também político e cultural em permanente mudança, a relação das cidades de água com as suas frentes ribeirinhas ou de mar é também, necessariamente, mutável. A este nível, Vítor Matias Ferreira e Alexandra Castro destacam três momentos principais distintos, geradores de im-

pactes diferenciados na estrutura territorial urbana: "Por um lado o período em que a cidade mais se afasta da sua frente de água e que corresponde ao desenvolvimento da industrialização relacionada com a intensificação da actividade portuária. Por outro lado, a emergência de espaços devolutos (os "vazios" urbanos) decorrente da reestruturação portuária e de outros mecanismos da dinâmica urbana. Por último, o recente reencontro das cidades europeias com a água, fruto de uma complexidade de factores interdependentes de difícil individualização, mas onde uma conjugação de esforços tem resultado numa nova e real aproximação da cidade à água".

Esta "aproximação da cidade à água" é, porém, extremamente complexa, pois, independentemente da filosofia subjacente à operação (requalificação, renovação ou reconversão urbanas) a intervenção nas frentes de água urbanas situa-se sempre ao nível da produção e da apropriação social do espaço.

Neste sentido, não só a intervenção nas frentes de água é condicionada pela realidade já existente nessa área, como está claramente sujeita às constantes influências dos diversos actores presentes no "sistema" que actuam em função de lógicas, estratégias e objectivos diferenciados e, por vezes, opostos.

Alertando para as dificuldades e para os riscos subjacentes à criação de modelos de intervenção, uma vez que, estas intervenções dependem dos contextos sociais, culturais e institucionais locais e do papel discricionário do factor "tempo", Miguel Branco Teixeira identifica, ainda assim, três modelos de intervenção principais: o modelo americano, centrado essencialmente nas actividades de lazer, recreio e turismo (intervenções monofuncionais); o segundo modelo, que corresponde à difusão do modelo americano pela Ásia, Europa e Austrália, mas com a particularidade da intervenção se diri-

¹ Por exemplo, Barcelona, Lisboa, Génova, Londres, Baltimore, Sydney, Amesterdão, Boston, Saint-Nazaire.

² Tomada não na sua vertente expositiva, mas sim em relação ao projecto urbano associado à realização desse evento.

³ ISCTE, Lisboa, 1 e 2 de Julho de 1998.

⁴ Coordenação de Vítor Matias Ferreira e de Francesco Indovina.

gir essencialmente para o "terciário de negócios"; e, por último, o terceiro modelo que traduz uma vontade de repensar globalmente as intervenções nas frentes de água integrando e dinamizando novas formas de desenvolvimento urbano.

Transversalmente a estes modelos surgem as intervenções associadas a "grandes eventos", os quais, independentemente da sua natureza (desportiva, expositiva, religiosa, etc.), configuram, não raras vezes, pela conjugação de esforços e sinergias, "ocasiões" de excelência de intervenção territorial.

"Com efeito, nos anos mais recentes, mais do que no passado, alguns "acontecimentos" de carácter extraordinário, com conteúdos de apropriação colectiva, têm vindo a assumir um papel fundamental no processo de transformação de algumas cidades e de algumas organizações territoriais. Em particular, aquele papel tem sido representado a propósito de vários acontecimentos, nomeadamente, desportivos (por exemplo, as Olimpíadas) mas também em algumas manifestações com carácter de feira (caso das Exposições Internacionais). (...) Esta nova dimensão tem feito com que estes acontecimentos sejam considerados, cada vez mais, como "ocasiões" para uma transformação territorial, superando, assim, o próprio conteúdo dos acontecimentos e acabando por constituir factores de "inovação" nos processos de mudança social e urbana".

Relembre-se, aliás, que na perspectiva dos responsáveis pela Exposição Mundial de Lisboa, a realização da Expo'98 representou, justamente, a "ocasião" para a requalificação urbana de uma zona particularmente degradada e socialmente desvalorizada da cidade de Lisboa: a zona oriental.

No seguimento de um conjunto de reflexões equacionadas do ponto de vista do planeamento urbano de Lisboa, na terceira parte de A cidade da Expo'98, onde, recorde-se, são apresentados os resultados do Observatório "Expo'98: observar enquanto se realiza", são colocadas duas questões fundamentais que se interligam entre si, sendo abordadas do ponto de vista da sua natureza sócio-urbanística, mas, também, política.

Desde logo, questiona-se se do projecto urbano da Expo decorreu uma efectiva operação de requalificação urbana da zona oriental de Lisboa ou se esta intervenção se "resume", ao fim e ao cabo, a uma operação de reconversão urbanística centrada, sobretudo, na alteração das funções urbanas da área de intervenção.

Simultaneamente, equacionam-se os custos inerentes ao projecto urbano da Expo, numa perspectiva que, longe de se restringir à "contabilização" dos seus custos económicos, questiona e reflecte sobre os custos sociais decorrentes da estratégia e das opções de ordem financeira sub-jacentes à operação. Trata-se, no fundo, de questionar até que ponto estas estratégias e opções financeiras comprometeram (e comprometem ainda) os objectivos de requalificação urbana e social da área de intervenção e da necessária articulação desta com o espaço urbano envolvente.

Face à impossibilidade de dar conta da totalidade dos argumentos e dos fundamentos que sustentam quer as análises dos diversos autores, quer, necessariamente, as suas conclusões, a tomada de posição face à questão acima enunciada fica bem explícita na seguinte afirmação: "À guisa de conclusão, trata-se, assim, de saber se aquela operação de reconversão urbanística tem em curso, ou não, uma transformação territorial que possa vir a ser avaliada como uma efectiva operação de requalificação social e urbana, não só na respectiva zona de intervenção, mas, também – no que isso pressupõe de criação simultânea de marcas significativas de qualidade territorial – ao nível mais amplo da própria zona oriental da Metrópole de Lisboa. A resposta a esta questão, sem ter medo de alguma simplificação linguística – que não, propriamente, de natureza conceptual – só pode ser negativa! E negativa, não só porque aquela intervenção se configurou (desde o início?) como uma simples e necessária operação de recuperação física e ambiental, (...) como, simultaneamente, ela se limitou a uma alteração de funções e de usos, "reconvertendo", precisamente, as funções e respectivos usos que existiam anteriormente".

Significativamente, os coordenadores da obra reconhecem e assumem a existência de alguns riscos associados à análise de um processo que decorre ainda. Também por esse motivo, mas, sobretudo, como no início se salientou, pela diversidade de temáticas e de casos apresentados, pelo esforço de pluridisciplinaridade e pela capacidade de reflexão crítica evidenciada, acredita-se que A cidade da Expo'98 passará a constituir um referencial importante na reflexão e na discussão da(s) intervenção(ões) nas frentes de água de Lisboa, assim como na discussão sobre o "projecto urbano da Expo'98".

Philippe Bonin e Roselyne Villanova (1999), *D'une maison l'autre: parcours et mobilités résidentielles*, Paris, Creaphis.

Isabel Guerra

Se quiséssemos traduzir em português este título teríamos algumas dificuldades – uma casa e outra? De uma casa para outra? Entre uma casa e outra? O título francês tem esta felicidade de imbricar as duas casas de referência (alojamento de "primeira residência" e alojamento "secundário") – *d'une maison l'autre* – questionando ao longo de 370 páginas a imensa complexidade dos modos de habitar. O centramento do livro reside no aprofundamento das articulações e "transações" entre a residência "primária" e a residência "secundária", com obviamente a crítica acentuada que é feita a esta terminologia administrativa, contraditada com a importância das formas de apropriação funcional e simbólica desta secundaridade. O maior contributo do livro é precisamente a demonstração da complexidade das lógicas residenciais e da relação entre estes espaços, as suas semelhanças, oposições e complementaridades. Ressaltam sempre, no entanto, os fortes laços unificadores da relação entre duas casas, apesar de estruturados pela diversidade dos modos de vida e de habitar.

Nos 13 artigos que constituem a edição demonstra-se que as formas de apropriação variam em função do género, idade, percursos migratórios, lógicas que são atribuídas a ambas as casas, percursos de relação familiar entre a cidade e o campo, etc. Os artigos debruçam-se sobre a população francesa, portuguesa, margrebina, turca, africana, etc, e desta multiculturalidade advêm, em larga medida, a riqueza das reflexões que, por comparabilidade, fazem ressaltar as semelhanças e as diferenças.

A especificidade dos portugueses de dupla residência, em França e em Portugal, são um tema forte abordado por Denise Arbonville, Catherine Bonvalet – *La propriété d'après l'enquête Logement 1992*, Roselyne de Villanova e Catherine Bonvalet – *Immigrés propriétaires ici et là-bas, un système résidentiel?* e por Carolina Leite – *Femmes et enjeux familiaux de la double résidence* e de forma menos directa por alguns

outros, nomeadamente no comentário final de responsabilidade de Jean Remy.

Ressalta na população portuguesa a viver em França, que esta tem uma taxa de segunda residência superior aos franceses (16,2% contra 8,9%) mas também mais alta do que outros emigrantes, como os espanhóis (6,8%) e margrebinos (6,4%). Mas também na posse da propriedade os portugueses se destacam com uma alta taxa de propriedade quer da residência principal quer da secundária. Esta situação, que Jean Remy lê como uma estratégia de prevenção da precariedade, está articulada a modelos culturais complexos e a estratégias de migração de difícil conhecimento. A origem rural, o desejo de retorno, o conhecimento das técnicas de construção e reconstrução são dimensões que influenciam as estratégias de dupla residência e a alternância residencial, como referem Roselyne Villanova e Catherine Bonvalet "está impregnada de ambivalência, a da dupla pertença como valor identitário. É também uma resposta à instabilidade económica evidenciando novas formas de mobilidade da população emigrante".

Carolina Leite levanta também o véu sobre uma situação que até agora tem sido pouco aprofundada nas investigações quer sobre o *habitat* de emigrantes quer sobre as estratégias de emigração: o desigual investimento, nestes duplos espaços, dos vários membros do casal e muito especialmente do homem e da mulher, ilustrando como estas últimas frequentemente privilegiam os espaços urbanos da emigração no país de acolhimento e temem os espaços rurais de origem e o estatuto material e simbólico que aí lhes é atribuído.

Para finalizar, e enquanto se espera que um editor português se interesse pela tradução deste livro, estas pesquisas elucidam, de forma teoricamente fecunda, e metodologicamente diversa e original, a profunda relação entre o espaço arquitectónico, o espaço social e a lógica de acção dos sujeitos e essas articulações estão no coração da sociologia do espaço.